

## A PRESENÇA DA MULHER NO EXTENSIONISMO DO BRASIL: UMA BUSCA PELA HISTÓRIA<sup>1</sup>

Cristiane de Brito Cruz<sup>2</sup>

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Olivia Morais de Medeiros Neta<sup>3</sup>

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ilane Ferreira Cavalcante<sup>4</sup>

### RESUMO

A extensão no Brasil enfrenta desafios ao longo de sua história. Ao analisar o papel da mulher nos movimentos extensionistas visamos contribuir com a discussão de seu papel na sociedade e da contribuição delas à democratização do ensino e do acesso à universidade da população carente. A extensão está ligada com as disputas políticas, nascendo assim o movimento estudantil no Brasil. Este trabalho é uma pesquisa documental e bibliográfica sobre a produção do conhecimento que trata da presença de mulheres protagonistas no extensionismo brasileiro. Para nos amparar teoricamente, utilizamos as ideias de Sousa (2000) e Jezine (2006), que discutem a história da Extensão no país; Foucault (2005, 2019), sobre as ideias de poder e de sexo; Judith Butler (2017), sobre feminismo e poder; e Priore (2004), sobre a história da presença feminina no Brasil desde a colônia. Como resultado, percebemos que há pouca menção a respeito do papel das mulheres protagonistas no extensionismo no Brasil, possivelmente por conta da pouca documentação e de estudos acerca da presença das mulheres na sociedade, nas universidades e haja vista termos uma sociedade patriarcal, capitalista, escravocrata. Sugerimos ao final que mais pesquisas sejam feitas para contribuir com a discussão.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária, Mulheres, Feminismo, Brasil.

### 1. COMO NASCE A EXTENSÃO NO BRASIL

Na verdade, nenhum pensador, como nenhum cientista, elaborou seu pensamento ou sistematizou seu saber científico sem ter sido problematizado, desafiado. Embora isso não signifique que todo homem desafiado se torne filósofo ou cientista, significa, sim, que o desafio é fundamental à constituição do saber. (Paulo Freire).

Este trabalho, à luz da reflexão trazida pela epígrafe de Paulo Freire, se situa a partir de uma problematização: o protagonismo feminino na prática da extensão. Para compreender esse objeto, que nos surge como desafio, iniciamos com uma breve história da extensão na educação brasileira, a partir do papel das organizações estudantis nesse processo, e buscamos a produção do conhecimento que tem sido desenvolvida no país acerca desse tema.

<sup>1</sup> Artigo apresentado como atividade final da disciplina Seminários Temáticos III – Filosofia da Educação Profissional com requisito de conclusão da disciplina.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional – PPGEP/IFRN.

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional – PPGEP/IFRN.

<sup>4</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional – PPGEP/IFRN.

A extensão associada ao ensino e à pesquisa faz parte da tríade formativa de instituições de ensino superior. A partir da criação da Universidade Popular, que existiu na Universidade Livre de São Paulo, e da fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1912 e 1930) se dá início à ideia de "cursos de extensão" como forma de prestação de serviços à população.

Apenas em 1931 o governo instituiu o Decreto-lei nº 19.851, mais conhecido como o Estatuto das Universidades, como primeiro documento que regia as universidades no Brasil. Nele constam algumas orientações sobre extensão universitária.

Sousa (2000) aponta que com a implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1930, o governo, por meio da Casa do Estudante no Rio de Janeiro, esperava o apoio deles para se aliar ao fascismo. Porém, tão logo foi criada, a União Nacional dos Estudantes – UNE - se desliga da Casa do Estudante e inicia o combate às ideias fascistas, em defesa da entrada do Brasil no grupo dos aliados.

A extensão foi impulsionada pelo movimento estudantil a partir da influência do Manifesto de Córdoba em 1918, na Argentina, por meio do qual estudantes reivindicavam uma universidade mais democrática, com autonomia política e de docência. Com o nascimento da UNE, em 1937, houve tentativas de institucionalizar a extensão que oferecesse cultura, entre outros serviços, de forma gratuita à população. A extensão adquiriu importante papel político.

No fim dos anos 1950, movimentos culturais e políticos foram considerados como fundamentais para a formação das lideranças intelectuais na qual a extensão tinha caráter político. Antes da ditadura o movimento estudantil retoma suas origens de oposição ao governo e importantes eventos fazem renascer o envolvimento político dos estudantes nas lutas sociais.

O golpe civil militar, em 1964, intensificou a presença dos estadunidenses no país com acordo para regulamentar a educação brasileira para encontrar um modelo de extensão que atendesse aos interesses do governo, a Lei 5.540/1968 torna obrigatória a extensão nas universidades brasileiras, oriunda das discussões ocorridas no I Seminário Nacional de Reforma Universitária, em 1961.

A extensão passou por diversas definições até que o I Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Brasileiras, ocorrido em 1987, definiu um conceito mais completo sobre a Extensão. O estabelecimento de políticas públicas de extensão e as diretrizes sobre ela no Brasil são alguns dos objetivos deste documento.

Os movimentos sociais e a influência dos eventos como fóruns, seminários e a atuação das universidades mostram que a extensão ainda tem muito a contribuir com a democratização, valorização e função das instituições de ensino superior.

### **1.1. Feminismo e extensão no Brasil: construindo nexos.**

Assim como as lutas do extensionismo brasileiro, as lutas feministas no Brasil acontecem desde o período colonial. Provavelmente antes mesmo deste período, as mulheres já sofriam para angariar seu espaço nas diversas sociedades, no Brasil e no mundo. Neste trabalho temos como objetivo mostrar os primórdios das lutas femininas por acesso à educação, tentar estabelecer uma relação desta luta com a presença das mulheres nas universidades, principalmente no extensionismo brasileiro e suas principais contribuições para a luta por uma maior democratização do ensino superior no Brasil.

Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa e documental investigando a produção de conhecimento sobre a presença feminina no extensionismo brasileiro e analisando documentos relativos à presença feminina na extensão no Brasil. O nosso aporte teórico são as ideias de Jezine (2006) e Sousa (2000) sobre extensão universitária no Brasil; Foucault (2005, 2019), ao tratar sobre poder e sexualidade; Judith Butler (2017), ao discutir feminismo; e Priore (2004) ao construir a história da presença feminina no Brasil desde a colônia.

Na seção 3 fazemos as devidas considerações finais acerca da análise da presença de mulheres no extensionismo brasileiro e sua possível contribuição com a democratização do ensino; com a luta feminista e com a consolidação da extensão universitária como função das universidades brasileiras na tríade indissociável entre pesquisa, ensino e extensão.

## **2. A PRESENÇA FEMININA NO EXTENSIONISMO BRASILEIRO.**

A presença das mulheres nos movimentos extensionistas no Brasil não é tarefa fácil ser identificada. Em uma pesquisa feita no portal de periódicos da Capes (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>), identificamos, através do descritor “Mulheres na Extensão Universitária” 958.580 trabalhos. Fomos refinando a pesquisa colocando os últimos 3 anos e obtivemos 225.245 resultados; escolhemos a grande área de conhecimento “Ciências Humanas” (37.521 resultados); a área de conhecimento “educação” (14.031 resultados); a área de concentração “Educação e Trabalho” e “Trabalho e Educação” (54 trabalhos). Fizemos o levantamento de todos os resumos destes 54 trabalhos tentando identificar quais eram aqueles que tinham relação ou com a extensão ou com a questão da mulher/feminismo ou protagonismo da mulher e obtivemos a tabela 1, a seguir, com os temas:

Tabela 1: Temáticas abordadas nos trabalhos.

Temática	QTD	Temática	QTD
Educação no campo	2	Politecnia	1
Gênero	1	Educação profissional privada	6
Ensino médio técnico	4	Formação e perfil docente	8
Ensino tecnológico	1	Práticas pedagógicas	11
Egressos	3	Práticas profissional	2
Evasão escolar	3	Gestão	1
Educação à distância	3	Pesquisa e inovação	1
Internacionalização	2	Extensão: projetos	1
Políticas públicas	4	<b>TOTAL</b>	<b>54</b>

Fonte: Tabela elaborada pelas autoras com base em pesquisa no portal da CAPES.

Os resultados desta busca demonstraram uma certa dificuldade em encontrar pesquisas relacionadas à presença feminina na extensão brasileira apresentando a mulher como protagonista destas ações de extensão, o que talvez esteja relacionado também às poucas possibilidades de filtragens que o site da CAPES oferece. Pela tabela mostrada e, a partir da leitura feita dos 54 resumos, constatamos que apenas dois trabalhos tratam da temática objetivo de nossa discussão e, mesmo assim, de forma separada.

Ao analisar os dois trabalhos, de Albuquerque (2016) e Oliveira (2018)<sup>5</sup>, no corpo de seus resumos pudemos perceber que o primeiro trata das políticas públicas para as mulheres no país e o segundo não nos aponta para a direção de descobrir o papel da mulher na extensão, mas sim nos traz um exemplo de um projeto de extensão, especificamente um projeto de extensão voltado para uma atividade cultural, no caso específico, o cinema.

Como não conseguimos sucesso no portal da CAPES, nem no site de pesquisas *google.com* se haveria alguma menção à presença feminina no extensionismo universitário brasileiro resolvemos nos debruçar especificamente sobre Jezine (2006), Sousa (2000) e Priore (2004).

Priore (2004) conta a história das mulheres brasileiras desde o período colonial, com bastante riqueza de detalhes e com informações documentadas. Ela remonta à colônia e às questões femininas nesse momento e traz exemplos de mulheres, de seu papel na sociedade e de suas lutas por equidade.

A busca pela qualidade na educação e para angariar espaços de formação e ter uma profissão sempre existiu e neste período ainda era mais difícil para as mulheres. A autora faz um percurso sobre os períodos histórico brasileiros, além de mostrar como as mulheres eram

<sup>5</sup> ALBUQUERQUE, DANIELLE SAMPAIO. **Educação para superação da desigualdade de gênero no primeiro governo Dilma: uma crítica à luz do marxismo** ' 2016. OLIVEIRA, PRISCILA SANTOS. **FORMAÇÃO SUPERIOR TECNOLÓGICA E PRÁTICAS CULTURAIS: O CINEMA COMO EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO**' 2018.

vistas à época e quais os problemas típicos pelos quais elas passavam, inclusive no que tange à sua saúde.

Contudo, é interessante observar que na maior parte das vezes a desconfiança que os médicos nutriam em relação ao corpo da mulher os fazia diagnosticar as hemorragias como resultado de **pecados cometidos** ou de uma má inserção da anatomia feminina na ordem natural das coisas. [...] Até então, pequenas hemorragias podiam ser minimizadas em intervenções manuais, com a finalidade de descolar restos de placenta, mas para as grandes hemorragias não havia solução: as mulheres morriam em minutos, em meio a convulsões terríveis e diante de médicos abestalhados face ao fenômeno desconhecido da eclampsia. Eles pensavam que este era mais um sintoma próprio da **incontrolável natureza feminina**, uma forma de **histeria**, fruto do excesso de dor ou do tempo excessivo investido no trabalho de parto. (grifos nossos, PRIORE, 2004, p.83)

Se a mulher era tratada como um ser sem valor, se sua sexualidade ou sua saúde era percebidos com tabus e muitos deles colocados pelas ideias de pecado e virtude trazidas pela igreja católica, não é difícil perceber as dificuldade que elas tinham no que diz respeito à ascensão ao estudo, à busca por conhecimento, à escolarização, ao letramento. As mulheres tinham seus corpos dominados pelos homens. Ao longo do tempo, acumularam-se estudos sobre as questões do sexo como controle populacional. Foucault (2019) traz importante análise sobre as mulheres histéricas:

*Histerização do corpo da mulher*: tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado — qualificado e desqualificado — como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a "mulher nervosa", constitui a forma mais visível desta histerização. (FOUCAULT, 2019, p.26)

A visão da mulher como mãe, como benevolente e responsável pela imagem do esposo foi muito difundida tanto na Europa quanto no Brasil, que exportava o ideário de vida europeu, principalmente no que diz respeito à elite brasileira. A mulher deveria caber na “caixinha” que a sociedade impunha para sua personalidade. As que tentavam “sair fora da caixa” eram consideradas estranhas, sofriam perseguições, eram tidas como loucas, histéricas.

Priore (2004) coloca que no período colonial muitas mulheres não tinham direito à vida social, ficavam em casa enclausuradas ou, se tinham direito ao estudo, era apenas para serem **alfabetizadas** e mesmo assim precisavam da autorização dos homens, pais, irmãos e maridos, para poder receber heranças, vender de propriedades, entre outras atividades. Mesmo a mulher

das elites, com um certo grau de instrução, estava restrita à esfera do espaço privado, pois “a ela não se destinava a esfera pública do mundo econômico, político, social e cultural. A mulher não era considerada cidadã política.” (PRIORE, 2004, p.2009)

Butler (2017) nos aponta uma análise sobre a “sujeição” ao poder que nos é exercido e explica um pouco sobre a situação imposta às mulheres de maneira geral.

O modelo habitual para entender esse processo é esse: o poder se impõe sobre nós; enfraquecidos pela sua força, nós interiorizamos ou aceitamos seus termos. O que essa descrição não diz, no entanto, é que “nós” que aceitamos tais termos somos fundamentalmente dependentes deles para nossa existência. [...] A sujeição consiste precisamente nessa dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta nossa ação. (BUTLER, 2017, p.10)

Para a autora, portanto, as questões relacionadas à sujeição do poder vão muito além da aceitação ou não da condição de subordinado, ou de subordinada. Para que a situação feminina tivesse as condições de subordinação, controle e cerceamento de seus direitos vale também observar que existia um temor de que as mulheres pudessem tomar o lugar dos homens ou se sobressair a eles.

Foucault (2019) trabalha a ideia de controle do corpo como sendo um objetivo de controle de população. Tanto a igreja, quanto as escolas e outras instituições estavam preocupadas em manter a rédeas curtas as práticas sexuais da população. Não é à toa, no entanto, que a mulher foi e ainda continua sendo vítima de todo este poder e controle exercido em vários ambientes e setores da sociedade. E isto atrapalha bastante a presença dela como protagonista na sociedade, nas suas lutas e em suas conquistas ao longo dos anos.

Priore (2004) cita inúmeras mulheres que, apesar da sociedade patriarcal em qual estavam inseridas, puderam aprender a ler, escrever e se destacar como Nísia Floresta, norte-rio-grandense (1810-1885); Maria Firmina dos Reis, escritora mulata maranhense; Luísa Amélia de Queiroz Brandão, primeira mulher a ocupar a Academia Piauiense de Letras; entre outras.

A mulher que não se prestasse a seu papel, descrito anteriormente, poderia ser considerada histórica e sofreria as sanções cabíveis. Uma mulher que penetrasse no ambiente tido como masculino, no caso específico que queremos analisar, o do ambiente acadêmico, era considerada perigosa para a sociedade e, por que não dizer, para a Coroa ou para a República.

Já próximo do período republicano a igreja católica fomentava proposta de **educar as mulheres** para conservação da identidade nacional baseada na origem étnica, propiciando, em Curitiba e em Blumenau, por exemplo, juntamente com a escola, a religião e a língua, que as mães no lar promovessem a manutenção da tradição com seus filhos e esposos imigrantes italianos (PRIORE, 2004).

O discurso sobre a “natureza feminina”, que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como força do bem, mas, quando “usurpadora” de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como potência do mal. Esse discurso que naturalizou o feminino, colocou-o além ou aquém da cultura. Por esse mesmo caminho, a criação foi definida como prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres apenas a reprodução da espécie e sua nutrição. (PRIORE, 2004, p.337).

Priore (2004) aponta que, embora a imagem construída para a mulher tivesse o tom da submissão e da subserviência, foi a partir daí que um grande número de mulheres começou a escrever e publicar, tanto na Europa quanto nas Américas. No entanto, esse foi um caminho longo e tortuoso, como lembra Virgínia Woolf, em seu ensaio *Um teto todo seu*, ao descrever a condição feminina:

Uma criatura muito estranha, complexa, emerge então. Na imaginação, ela é da mais alta importância; em termos práticos, é completamente insignificante. Atravessa a poesia de uma ponta à outra; por pouco está ausente da história. Domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na vida real, era escrava de qualquer rapazola cujos pais lhe enfiassem uma aliança no dedo. Algumas das mais inspiradas palavras, alguns dos mais profundos pensamentos saem-lhe dos lábios na literatura; na vida real, mal sabia ler e escrever e era propriedade do marido. (WOOLF, 1990, p.56)

A autora nos lembra a imensa lacuna que havia entre representação da mulher na literatura e na arte e a sua realidade social e que circunscreviam as mulheres, na vida social, a papéis de âmbito privado: filhas, esposas, mães. No Brasil, em 1808 aconteceu a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e com isto houve reformas como a abertura dos portos e o livre comércio, tais fatos abriram caminho para a Independência em 1822. Em 1827 foi instituída no país a primeira lei que dava o direito às meninas à alfabetização. Com este avanço social nasceu a primeira revista feminina no mesmo ano. Apesar de, como já dissemos, naquela época – século XIX – a maioria das mulheres, mesmo aquelas que faziam parte da elite, ainda não saberem ler, a imprensa voltada ao público feminino ganhou corpo.

As mulheres foram tomando seus espaços na sociedade, participando de movimentos sociais e sempre estiveram presentes nas lutas por igualdade de direitos, acesso à educação e posteriormente participaram dos movimentos estudantis. Apesar de não termos encontrado no trabalho de Priore (2004) registros sobre as mulheres nestes movimentos, nem de termos encontrado trabalhos acadêmicos que falassem de mulheres de destaque no movimento extensionista protagonizando lideranças e fazendo um papel histórico importante que tenha sido registrado, devemos salientar que a história foi escrita por homens. Não significa dizer que elas não estavam presentes nestes movimentos.

A União Nacional dos Estudantes – UNE - foi criada em 1937. No final da década de 1940, a UNE vive uma fase de ascensão da direita e Proerner (1979) aponta que houve uma infiltração

dos norte-americanos no movimento estudantil. Uma personagem merece destaque, a americana Helen Rogers, que, em 1951, é dita como a pessoa que ditava as regras na UNE (SOUSA, 2000, p.34). Registramos assim a presença de uma mulher ligada ao movimento estudantil mesmo que de uma forma não muito positiva já que ela estava a serviço dos interesses do governo ditatorial.

Ana Amélia de Queirós Carneiro de Mendonça, poeta e socialite foi uma das fundadoras da Casa do Estudante do Brasil e tornou-se presidente vitalícia da instituição (POERNER, 2004, p.123). A UNE ligava-se à Casa do Estudante até o início da II Guerra Mundial, quando se desvinculou dela por conta da ligação da Casa com o governo que pretendia aliar-se ao fascismo.

Sousa (2000) afirma que após 1951, os diversos acontecimentos políticos brasileiros gearam mudanças profundas nos movimentos sociais. Mesmo assim, os estudantes ainda atuavam no movimento de luta pela melhoria da universidade. Neste período ocorreram congressos e seminários que resultaram em documentos importantes. Estes documentos estavam ligados ao Manifesto de Córdoba (1918) ocorrido na Argentina, como já comentamos anteriormente.

A Declaração da Bahia – produto do I Seminário Nacional de Reforma Universitária promovido pela UNE, em 1961, e a Carta do Paraná, no segundo ano do seminário, são exemplos destes documentos. Eles influenciaram a Lei 5.540/1968, que torna obrigatória a extensão nas universidades.

A Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540/68) estabeleceu que “as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” (BRASIL, 1968). Com estes documentos, o Movimento Estudantil deixava claro que sua missão era colocar a escola a serviço do povo, fazendo a universidade cumprir sua função social. (SOUSA, 2000, p.39)

Os eventos ligados à extensão deram frutos e após 1961 assumem maior dimensão iniciativas como o Serviço de Extensão Cultural (SEC); o Movimento de Cultura Popular (MCP); o Centro Popular de Cultura (CPC) e a Universidade-Volante (UNE-Volante). Estes movimentos eram para a organização de movimentos populares e para a politização estudantil. O objetivo da UNE era promover a libertação do povo do estado de miséria em que vivia e a extensão era um instrumento de conscientização para propiciar esta libertação. Acontece que os planos do Estado Brasileiro, sempre ligado às elites, irá, na verdade, utilizar-se da extensão para seus próprios propósitos, como nos conta Sousa (2000).



Ambos, o SEC e o MCP, estavam no estado de Pernambuco, na cidade do Recife. A presença feminina nestes movimentos não foi encontrada na nossa pesquisa, o que não significa dizer que não existiu. Todos estes movimentos sofreram forte repressão, tanto o SEC, quanto o MCP e o CPC no Rio foram fechados, tiveram seus documentos queimados e seus artistas perseguidos pelo governo militar. A história que se conta, portanto, carece de informações e acreditamos que haviam personagens protagonistas femininos nestes movimentos que contribuíram com o extensionismo e mereciam destaque. Infelizmente sem que pudéssemos achar até a escrita deste trabalho.

A UNE também sofreu duras represálias, segundo Sousa (2000), a partir de 1964 a UNE foi cassada e passou a viver na clandestinidade, desagregou-se do movimento estudantil e passou a combater o novo governo. O Estado então passou a atuar na extensão pelo desenvolvimento do Projeto Rondon e, em substituição à UNE, criou o Diretório Nacional dos Estudantes (DCE). Sem perder de vista a luta contra a Reforma Universitária, a UNE passou a ocupar universidades e acabou por provocar a formação de um Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, instituído pelo governo através do Decreto n.º 62.937, de julho de 1968.

No trabalho de Sousa (2000) consta o nome de uma mulher que teve uma contribuição significativa no extensionismo brasileiro, Maria Molina de Garcia foi financiada pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, criado em Salvador em 1966. “Tratava-se de uma manifestação das IES a partir de suas cúpulas, frente à política educacional do país.” (SOUSA, 2000, p.90). Maria Molina de Garcia elaborou, em 1968, um dos documentos mais completos sobre a extensão no Brasil. “Maria Molina de Garcia visitou 32 universidades – públicas e não públicas –, com o objetivo de avaliar as atividades de Extensão.” (SOUSA, 2000, p.93)

Segundo Sousa (2000), a década de 1980 marcou o início de uma nova fase nas universidades a partir de sua democratização e fortalecimento da categoria docente. A discussão sobre o compromisso social da universidade toma forma novamente e discute-se a necessidade de a universidade sair de seus muros e alcançar a população. Foi neste ambiente que fóruns, dentre eles o de extensão, foram organizados.

Dentre os Pró-Reitores de Extensão responsáveis pela elaboração do I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, ocorrido em 1987, merece destaque o nome de Maria José Ferés – Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora - que era docente, militante e discutia sistematicamente a questão da Extensão e de sua inserção nas IES. Ela foi Diretora do Departamento de Políticas de Ensino Superior da Secretaria de Ensino Superior –

DEPES/SESu/MEC e foi Pró-reitora da UFJF, tendo participado da criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (JEZINE, 2006, p. 191).

Na época da constituição do Fórum havia uma necessidade premente de se conhecer e entender a Extensão Universitária. A Extensão, dentro da Universidade Brasileira, estava carente de uma conceituação que possibilitasse nortear sua prática. As mais diversas atividades se colocavam como extensionistas e, às vezes, estavam completamente desvinculadas da vida acadêmica. (SOUSA, 2000, p.99)

O desprestígio da extensão, segundo a autora, advém dessa confusão que se faz ao não se ter a identificação de quais atividades caberiam ou teriam características extensionistas. A proposta do fórum era justamente dirimir as dúvidas e consolidar o conceito, para assim dar uma nova dimensão à extensão universitária.

Segundo Mische (1997), os estudantes “caras pintadas”, que saíram às ruas para protestar contra a corrupção no governo do presidente Fernando Collor de Melo em 1992 não representavam necessariamente o movimento estudantil, assim como no período da ditadura militar. A autora aponta que a grande diferença entre o movimento estudantil na época da ditadura e o dos anos noventa era justamente que a manifestação destes últimos “não pode ser chamada de “independente” ou “espontânea”, pois eles receberam amplas formas de apoio oficial e não-oficial” (MISCHE, p.135, 1997).

Com a criação do Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), em 1995, as universidades que fizessem seus projetos poderiam conseguir os recursos. No trabalho de Jezine (2006) um dos entrevistados da autora conta que Maria José (cuja relevância nesse momento já mencionamos anteriormente) foi essencial como contato dentro do Ministério da Educação, já que o Fórum de Extensão havia ocorrido há algum tempo e eles jamais tinham conseguido institucionalizar um programa para a extensão no Brasil. “O PROEXTE representou, assim, uma conquista política para o Fórum, concretizando as suas reivindicações, desde a sua criação.” (JEZINE, 2006, p. 192).

A partir do início do governo de Fernando Henrique Cardoso passa a haver embates para o financiamento ao PROEXTE e muitas são as discussões acerca de sua permanência. O contexto dos anos 90 reformulam o formato do Fórum Nacional de Extensão, que buscou parcerias para poder ser realizado.

Segundo Sousa (2000), a Extensão Universitária surge para atender às demandas da sociedade, do compromisso da universidade com as classes menos favorecidas, servindo como instrumento de efetivação deste compromisso.

Com a contribuição do movimento estudantil a extensão adquire o caráter político-cultural ideológico. Diante disto Sousa (2002) aponta que “O Estado, ao assumir as diretrizes da Extensão, negava a presença estudantil na sociedade de forma ideologizada.” (SOUSA, p.123, 2000)

A partir da ditadura militar a extensão toma forma de prestação de serviços e segundo a autora significa, para muitos, sua única função. A crítica que se faz a este modelo é que ele seria desenvolvido muitas vezes à revelia da sociedade, demonstrando segundo a autora um certo “pedantismo” das universidades como detentoras de saber superiores aos que a sociedade possui. Para Sousa (2000), a extensão serviria como instrumento de alienação, mantenedora do status quo e hegemonia das classes privilegiadas.

Para a autora, a responsabilidade da extensão é a práxis revolucionária como “instrumento transformador do real”. Ao cumprir este papel ela estará atingindo sua possibilidade máxima. Para Sousa (2000), ainda, a extensão não é perene e sua presença só se justifica pela relevância social.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS DE FUTURO**

Buscamos um perfil histórico da presença das mulheres no extensionismo no Brasil e chegamos, ao final deste trabalho, com mais inquietações que respostas. Observamos que antes mesmo das universidades terem sido criadas ou regulamentadas no Brasil, a partir do Decreto-lei nº 19.851/1931, mulheres excepcionais travaram batalhas para terem seus direitos garantidos no que diz respeito à educação, ao letramento e a tantas outras coisas que lhes eram negadas.

Apesar de não termos encontrados documentação comprobatória da presença feminina nos movimentos estudantis certamente as escritoras, poetisas, atrizes, militantes desde o período Colonial contribuíram com o movimento pela melhoria da qualidade da educação e possibilitaram o acesso de mais mulheres à educação e ao trabalho, pois levaram suas histórias, seus sonhos, suas questões, suas opiniões e possivelmente influenciaram milhares de meninas a mudar sua própria realidade.

No que diz respeito à questão das mulheres no protagonismo extensionista achamos poucos exemplos, mas podemos observar também que muitas delas contribuíram com a extensão escrevendo projetos, estudando sobre o assunto. As duas referências que citamos mais enfaticamente, Sousa (2000) e Jezine (2006), são mulheres que deram importante contribuição para construir a história do extensionismo no Brasil.

Ao final deste trabalho, fica o apelo para que mais pessoas contribuam com a construção da pesquisa, buscando identificar as mulheres no extensionismo brasileiro. Não fazia parte de nosso foco fazer o levantamento de questões locais ou de outras searas, como a história do extensionismo na saúde, por exemplo. O espaço de um artigo não iria dar conta de tantas nuances. Fica a sugestão, a provocação, para que possamos produzir mais trabalhos com este tema e contribuir para contar outros aspectos desta história.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931b. Disponível:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 01 julho 2018.

Acesso em 18 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968b. Disponível:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 01 de julho de 2018.

BUTLER, Judith. **Vida psíquica do poder: Teorias da sujeição**. Tradução Rogério Betoni. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2017.

FORPROEX. I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2019.

JEZINE, Edneide. **A crise na universidade e o compromisso social da extensão universitária**. João Pessoa: UFPB. Editora Universitária, 2006.

MISCHE, A. De estudante a cidadão: rede de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**. n. 5 e 6, 1997, p. 134-150.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004 (1ª ed. 1939).

PRIORE, Mary Del. (org.); Carla. Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004. Bibliografia.

Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro. MULHERES EM REVISTA: O JORNALISMO FEMININO NO BRASIL. Cadernos de Comunicação. Série Memória. Revista **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro – 2002.

SOUSA, A. L. Lima. **A História da Extensão Universitária**. Campinas: Ed. Alínea, 2000.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.